

**DECRETO nº 2.625/2010**

**Súmula:** Declara em situação anormal, caracterizada como Situação de Emergência a área do município afetada por Enxurradas e/ou Inundações Bruscas. - NE.HEX (12.302).

**CELSO BENEDITO DA SILVA**, Prefeito Municipal de Bandeirantes-Pr, no uso das atribuições legais conferidas pela Lei Orgânica do Município, pelo art. 17 do Decreto Federal nº 5376, de 17 de fevereiro de 2005 e, pela Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil.

***CONSIDERANDO QUE***

No dia 30 de Janeiro de 2010, ocorreram de acordo com o Instituto Simepar, chuva no Município onde se atingiu a marca de 232 milímetros.

***CONSIDERANDO QUE***

Chove em média de 1.300mm a 1.400mm de precipitação anual, e em Parte da Zona Rural as inundações foram alarmantes, principalmente na extensão dos rios Cinzas e Laranjinha, tendo ocorrido várias quedas de pontes na zona rural, rompimento de represas e desmoronamento de encostas, onde pessoas ficarão desalojadas e estão sendo monitoradas pela Prefeitura Municipal.

***CONSIDERANDO QUE***

Como consequência desse desastre, resultaram danos humanos, materiais e ambientais, além de prejuízos econômicos e sociais.

***CONSIDERANDO QUE***

Em acordo com a Resolução nº 3 do Conselho Nacional de Defesa Civil - CONDEC, a intensidade deste desastre foi dimensionada como de Nível (II) M.

***CONSIDERANDO AINDA***

Que concorrem como critérios agravantes da situação de anormalidade o crescimento desordenado das cidades nessas ultimas décadas, permitindo a instalação de construções nas áreas de risco de inundações.

***DECRETA:***

Art. 1º Fica declarada a existência de situação anormal provocada por desastre e caracterizada como Situação de Emergência.

Parágrafo único. Essa situação de anormalidade é válida apenas para as áreas deste Município, comprovadamente afetadas pelo desastre.

Art. 2º Confirma-se a mobilização do Sistema Nacional de Defesa Civil, no âmbito do Município de Bandeirantes-Pr, sob a coordenação da Comissão Municipal de Defesa Civil - COMDEC e autoriza-se o desencadeamento do Plano Emergencial de Resposta aos Desastres, após adaptado à situação real do ocorrido.

Art. 3º Autoriza-se a convocação de voluntários, para reforçar as ações de resposta aos desastres e, a realização de campanhas de arrecadação de recursos, junto à comunidade, com o objetivo de facilitar as ações de assistência à população afetada pelo mesmo.

Parágrafo único. Essas atividades serão coordenadas pela Secretaria Municipal de Ação Social.

Art. 4º De acordo com o estabelecido nos incisos XI e XXV do artigo 5º da Constituição da República Federativa do Brasil, autoriza-se as autoridades administrativas e os agentes de defesa civil, diretamente responsáveis pelas ações de resposta aos desastres, em caso de risco iminente:

I - Penetrar nas casas, a qualquer hora do dia ou da noite, mesmo sem o consentimento do morador, para prestar socorro ou para determinar a pronta evacuação das mesmas;

II - Usar da propriedade, inclusive particular, em circunstâncias que possam provocar danos ou prejuízos ou comprometer a segurança de pessoas, instalações, serviços e outros bens públicos ou particulares, assegurando-se ao proprietário indenização ulterior, caso o uso da propriedade provoque danos à mesma.

Parágrafo único. Será responsabilizado o agente da defesa civil ou a autoridade administrativa que se omitir de suas obrigações, relacionadas com a segurança global da população.

Art. 5º De acordo com o estabelecido no artigo 5º do Decreto-Lei nº 3.365, de 21 de junho de 1941, autoriza-se que se dê início a processos de desapropriação, por utilidade pública, de propriedades particulares comprovadamente localizadas em áreas de risco intensificado de desastres.

§ 1º - No processo de desapropriação, deverão ser consideradas a depreciação e a desvalorização que ocorrem em propriedades localizadas em áreas inseguras.

§ 2º - Sempre que possível essas propriedades serão trocadas por outras situadas em áreas seguras e, o processo de desmontagem das edificações e de reconstrução das mesmas, em locais seguros, será apoiado pela comunidade.

Art. 6º Este Decreto entra em vigor na data de sua publicação, devendo vigor por um prazo de 90 dias.

Parágrafo único. O prazo de vigência deste Decreto pode ser prorrogado até completar um máximo de 180 dias.

Edifício da Prefeitura Municipal de Bandeirantes, Estado do Paraná, em 18 de fevereiro de 2010.

*Celso Benedito da Silva*  
Prefeito Municipal